

O Estado Imperial brasileiro e os bancos estrangeiros: o caso do London and Brazilian Bank (1862-1871)

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES¹

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a consolidação do Estado Imperial brasileiro e a criação e atuação do banco inglês **London and Brazilian Bank** no Império brasileiro e em Portugal (Lisboa e Porto), desde a sua fundação em 1862 até o ano de 1870, quando o banco promoveu uma reorganização e que culminou com a mudança do nome para **New London and Brazilian Bank**.

A mensuração da presença do **Investimento Direto Estrangeiro** (IED) na América Latina no século XIX não é fácil, pois, as fontes não são confiáveis, e muitas vezes é difícil distinguir o que foi investido em portfólio privado do que foi portfólio público (papéis da dívida pública). Mesmo com toda dificuldade, Albert Fishlow calculou que os ativos europeus no período de 1855 a 1914, aumentaram de US\$ 1,8 bilhões de dólares em 1855 para US\$ 35,8 bilhões (em 1870 foi de US\$ 6,4 bilhões). No entendimento de Fishlow, “antes de 1914, as variações no estoque de ativos se aproximam dos fluxos de investimento externo”.(FISHLOW, 2004: 270 e 272)

No caso do Brasil, Maria Barbara Levy e Flávio Saes chamaram atenção para o fato que embora “a maior parte das exportações de capital dos países industrializados orientou-se para títulos da dívida pública, mas, a partir da década de 1880, os investimentos privados (diretos e de portfólio) apresentaram magnitude igual do portfólio público” (LEVY e SAES, 2001: 50). Entretanto, analisando os mesmos dados de Marcelo de Paiva Abreu, que foram utilizados pelos autores, ocorreu uma tendência de crescimento do capital estrangeiro em investimentos diretos a partir da década de 1860, que aumentou de 1,3 milhões de libras em 1840 para 7,5 milhões de libras em 1865.(ABREU, 1985: 168)

Organizado em bancos, estradas-de-ferro, companhias de seguros e outros, o IED organizou-se como “free-standing companies”(WILKINS, 1998) ou “investment groups”(CHAPMAN, 1998), ou até mesmo “multinacional firm”(JONES, 1993).

¹ Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Prof. Dr. Associado III, Pesquisador do CNPq

Entretanto, tal processo só pode ser compreendido numa conjuntura de mudanças institucionais, como as que ocorreram a partir das décadas de 1850 e 1860, tanto nos países industriais, ou em vias de se tornarem, quanto nas regiões periféricas, Américas e outras, e que se intensificaram com a Grande Depressão do final do século XIX (1873-1895) (KINDLEBERGER, 1992). Tais mudanças possibilitaram o incremento dessas novas formas de organização do investimento direto estrangeiro, principalmente sob a forma de **Sociedades Anônimas de Responsabilidade Limitada** (S/A Limited) (LANDES, 1994; DAVIS and GALLMAN, 2001).

No Brasil, o aumento da participação (e da forma de organização) do capital estrangeiro esteve relacionado com a estabilidade política do Estado Imperial brasileiro pós-1850 (MATTOS, 1987; CARVALHO, 1996) e com a adoção de uma política monetária contracionista, de corte metalista, (VILAR, 1980) que criou as condições macroeconômicas para o estabelecimento dos novos **investimentos diretos** ingleses, principalmente nos bancos e nas ferrovias (CASTRO, 1979; VILLELA and BRIONES, 2006; TRINNER, 2000).

Participando desde a década de 1840 como uma das principais casas comerciais inglesas exportadoras de café, a firma Edward Johnston & Co, através de seu principal diretor e organizador, o comerciante Edward Johnston, juntamente com os banqueiros privados da City inglesa organizaram um banco, o **London and Brazilian Bank Limited**, para atuar primeiramente no mercado brasileiro e, depois em outros mercados, como em Portugal, mais precisamente nas cidades de Lisboa e no Porto, aproveitando-se não só da conjuntura econômica e política dos dois países, como também da expansão do crédito e da liberalidade da **City inglesa** do período (COLLINS, 1991; NEAL and DAVIS, 2006).

Portanto, a presença do banco inglês em mercados menos desenvolvidos como o brasileiro e o português suscitou algumas questões como: Qual foi o principal motivo da criação de tal banco na city de Londres com filiais no Brasil e em Portugal? Que tipo de negócios desenvolveu o banco nesses mercados? Qual foi a reação das instituições bancárias no Brasil e em Portugal frente ao banco inglês? As respostas as tais perguntas, mesmo sendo esta pesquisa ainda preliminar, estão nos tópicos seguir.

1. A Lei dos Entraves de 1860 e a criação do London and Brazilian Bank

A historiografia econômica brasileira tem enfatizado na importância da Lei nº 1.083, 2/08/1860, que restaurou o monopólio emissor para o Banco do Brasil (PELAEZ e SUZIGAN, 1981; NOGUEIRA, 1988; LEVY, 1977). Tal lei era monometalista na sua essência econômica, ou seja, reintroduziu um regime monetário que tem como moeda padrão um metal precioso, no caso o ouro, com valor de troca fixo entre o metal e o dinheiro, além de cunhagem livre e ilimitada (idem). Essa lei, conhecida como a “Lei dos Entraves”, possibilitou o “retorno” ao padrão-ouro (EICHENGREE, 2000) instituído no Brasil desde a reforma monetária de 1846 (PELAEZ e SUZIGAN).

No nosso entendimento, a explicação sobre o porquê de o Brasil ter retornado ao padrão-ouro, num momento em que só a Grã-Bretanha e Portugal adotaram tal padrão, foi de natureza política e econômica (ESTEVES e FERRAMOSCA, 2000; VALEIO e NUNES, 2005). A ascensão do Partido Conservador em 1857, partido esse “constituído de uma aliança da burocracia com o grande comércio (importador-exportador) e a grande lavoura de exportação” (CARVALHO, op. cit: 374), significou o fortalecimento do poder central em detrimento à descentralização política em favor das províncias, e a reação conservadora se acentuou com a repercussão da crise internacional de 1857 sobre a economia brasileira. Culpando a política econômica do liberal Bernardo de Souza Franco², que fomentou a pluralidade bancária e as emissões de moeda por parte dos bancos emissores, a Comissão de Inquérito³ encarregada pelo ministro da fazenda conservador Angelo Muniz da Silva Ferraz,⁴ concluiu que tal política aumentou “os estoques de moeda além do nível ideal para a atividade econômica estável”, afetando a estabilidade cambial e os preços relativos (PELAEZ e SUZIGA: 95).

²² Bernardo de Souza Franco, futuro Visconde de Souza Franco, foi ministro da fazenda de 4/05/1857 a 12/12/1858. O Partido Liberal, no entendimento de José Murilo de Carvalho, era constituído pela aliança entre profissionais liberais urbanos com os proprietários ligados a agricultura de mercado interno e de áreas mais recentes de colonização. Idem, p. 374.

³ BRASIL. **Relatório da Comissão de Inquérito nomeada pelo Aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859**. Rio de Janeiro, s.d.

⁴ Angelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, foi ministro da fazenda de 10/08/1859 a 2/03/1861, sucedendo o também conservador Sales Torres Homem, futuro Visconde de Inhomirim, ministro da fazenda no período de 12/12/1858 a 10/08/1859.

Analisando os efeitos da política econômica conservadora, tabela 1, verificamos que no período de 1859/1860 a 1861/62, “o estoque de moeda caiu 15%, os preços diminuíram em 8,5% e a moeda valorizou de 25 d/mil réis para 26 ½ d/mil réis” (NOGUEIRA: 373).

A lei dos Entraves foi bastante restritiva não só com relação aos bancos e as casas bancárias existentes, como também na criação de novos bancos. Entre os pontos principais da lei, destacamos os seguintes:

“1) os bancos criados por decretos do poder executivo período Souza Franco, ficavam proibidos de emitirem sob a forma de notas ou bilhetes ao portador (vales bancários), “quantia superior ao termo médio de suas emissões operadas no decurso do primeiro semestre do corrente ano”, enquanto não se mostrassem capazes de reembolsar os vales em ouro; caso não consigam efetuar tal operação, os bancos entrariam em liquidação_ Artigo 1; 2) o maior controle para a constituição de sociedades anônimas, que além de dependerem da autorização do governo, conforme constava no Código Comercial, passaram também a depender da aprovação da Assembléia Legislativa_ Artigo 2. Um adendo importante no Artigo 1, autorizou o Banco do Brasil e suas caixas filiais de continuarem a emitir, demonstrou a dificuldade do governo de eliminar a pluralidade de emissão no período (GUIMARÃES, 1997: 229)

Tabela 1: Política Fiscal, Monetária e Cambial do Brasil, 1860-1870

Ano	N.º Índice (1822=100)		Taxa de Câmbio (mil réis por libra)	Política Fiscal (mil contos)							
				Receita				Despesa			
	Meio Circulante	Preços		Total	Da qual			Total	Do qual		
					Direitos Alfandegários	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial		Militar	Serviço da Dívida	Saldo
1859/60	1.053	600,0	9,57	43,2	27,2	5,6	8,3	52,6	22,2	5,2	-1,9
1860/61	985,9	578,1	9,30	49,2	30,0	7,3	7,1	52,4	19,4	5,2	-1,5
1861/62	891,3	549,2	9,39	51,4	31,4	8,2	9,4	53,0	18,9	5,3	-2,6
1862/63	958,7	568,1	9,06	47,0	27,4	8,3	8,9	57,0	19,8	5,4	-10,0
1863/64	1.016	495,5	8,81	51,7	30,8	9,1	9,5	56,5	21,2	5,2	-4,8
1864/65	1.204	580,4	8,97	55,7	34,5	9,7	9,3	83,3	40,6	5,1	-27,6
1865/66	1.392	703,4	9,60	56,1	33,4	11	9,3	121,9	80,3	8,9	-65,8
1866/67	1.479	800,7	9,90	62,4	37,6	10,8	11,7	120,9	72,1	10,4	-58,5
1867/68	1.627	873,6	10,70	69,7	35,9	15,4	17,1	166	98,8	11,2	-96,3
1868/69	1982	1.035	14,11	83,5	45,3	18,6	19,4	150,9	81,3	14,8	-67,4
1869/70	2.371	988,3	12,76	92,9	52,4	17,8	22,3	141,6	76,8	13,1	-48,5

Fonte: NOGUEIRA, op. cit., pp. 332 e 375

O resultado da política conservadora não tardou a surtir efeito. Se no período de 1851 a 1860 surgiram 16 bancos e casas bancárias nacionais na cidade do Rio de Janeiro, principal centro comercial e financeiro do Império brasileiro, sendo que 10 foram criados somente no período 1857-1860, após a lei dos Entraves, no período de 1861 a 1863, somente 5 bancos surgiram sendo que dois bancos eram de origem

inglesa, o London and Brazilian Bank Limited e do The Brazilian and Portuguese Bank Limited. Além disso, houve, também, um aumento do número de falências das casas comerciais da Praça do Rio de Janeiro, chegando ao número de 105 em 1862.⁵

A nova legislação, que dificultou a expansão dos bancos nacionais, concorreu para os interesses ingleses em operar num mercado onde a conversibilidade da moeda garantisse seus interesses. Esse novo locus de investimento do capital inglês, com o aparecimento de empresas no setor financeiro e de infra-estrutura, como as estradas de ferro, marcou uma fase de estreita vinculação com as *atividades exportadoras* (CASTRO: 12)

2. O London and Brazilian Bank no Brasil em 1862 e em Portugal 1863

O **London and Brazilian Bank Limited** foi criado em Londres no dia 13 de maio de 1862, e incorporado no dia 17 de maio do referido ano. Segundo o seu **Memorandum de Associação**, era Sociedade Anônima Limitada denominada Banco de Londres e do Brasil (London and Brzilian Bank Limited) e tinha sede em Londres. Com um capital de £ 1.000.000 (dividido em 1000 ações de £ 100) se constituía num “banco de circulação e de depósito no Império do Brasil; tratar todas as transações relativas não só a estas operações, mas a quaesquer outros negócios bancarios; occuparse no Imperio do Brasil, ou em qualquer outra parte, de todas as transações relativas a operações, a empréstimo de dinheiro sobre penhor, ou por qualquer outra forma, a desconto (...)” (LONDON and Brazilian Bank Limited, 1862).

Entre os nomes dos subscritores do referido Memorandum, e que se constituíram na primeira diretoria do banco, estava a firma inglesa Edward Jonston & Co, uma das maiores firmas exportadoras de café do Brasil (BACHA e GREENHILL, 1992), e de importante banqueiros privados (private bankers) da City de Londres_ quadro 1. Foi interessante constatar que no documento constava uma lista de 320 acionistas e os maiores acionistas eram os diretores Henry Louis Bischoffsheim, Edward Moon e John Bloxan Elin com 500, 200 e 200 ações respectivamente. Constavam também como acionistas inúmeros negociantes, corretores, cavalheiros e banqueiros, de maioria inglesa, e chamou a atenção os nomes do negociante brasileiro (Rio de Janeiro) João Baptista Lopes Gonçalves com 20 ações, e para surpresa geral, Sales Torres Homem, o

⁵ Para se ter uma idéia de tal número, em 1858, um ano após a crise de 1857, 90 casas comerciais faliram.

Visconde de Inhomirim, “cavalheiro”, com 20 ações (LONDON and BRAZILIAN, op.cit).

Quadro 1: Diretoria do London and Brazilian Bank Limited

Nome e Endereço	Profissão	Nº de ações subscriptor
James Alexander, 10, Kings Arms Yard, Londres	-	50
Henry Louis Bischoffsheim, 10, Angel Court, Londres	Banqueiro (Merchant Bank em Londres e Paris – Bischoffsheim & Goldschmidt)	50
John White Cater, 11, Mineing, Lane, Londres	Comerciante (Merchant Bank – Robert Benson and Co.)	50
Philip Charles Cavan, 29, Finsbury Circus, Londres	Negociante	50
Pascoe Charles Glyn, 62, Gresham House, Old Broad Street, Londres	Banqueiro (Private Bank – Glyn, Halifax, Mills & Co.)	50
Edward Johnston, Liverpool	Negociante (Trading Firm _ Edward Johnston & Co)	50
John Bloxan Elin, 34, Abchurch, Lane, Londres	-	50
Edward Moon, Liverpool	Negociante	50
Willian Freer Schönfeld, Aldborough, Boroughbridge	Banqueiro (Accepting House - Meyer & Schönfeld)	50

Fonte: BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil 1862, op.cit.,p.325; AHMOP. O Banco de Londres e do Brasil Sociedade Anônima (London and Brazilian Bank Limited). *Memorandum de Associação e Artigos de Associação.1862*. GUMARÃES, op. cit.

A supressão da palavra limitada estava relacionada ao fato de que não existia no Código Comercial brasileiro a companhia ou de sociedade anônima limitada, ou seja, a **sociedade de responsabilidade limitada (Limited by Guarantee)**, ou seja, a sociedade em que os sócios respondiam em caso de sua liquidação, até o montante do capital estipulado no contrato (Codigo Commercial do Império do Brasil, 1869). No entendimento das autoridades brasileiras, a responsabilidade era **ilimitada**. Com relação à possibilidade de poder emitir, como constava no Memorandum, no Brasil o banco só poderia realizar as operações de câmbio e de depósitos e descontos. No parecer da seção da Fazenda do Conselho de Estado, a “cabeça do governo” para José Murilo de Carvalho, ao responder ser favorável a criação do banco inglês à consulta feita pelo imperador D. Pedro II sobre a criação do London and Brazilian Bank no Brasil, destacou o seguinte:

4º A companhia do London and Brazilian bank está organizada de conformidade com a legislação, por que se regem os estabelecimentos bncários na grã Bretanha, na categoria de Sociedade Anonyma; sendo por isso a responsabilidade de seus membros limitada ao valor das

*acções que possuírem; **mas sujeita-se Ella as leis do Império, em tudo quanto possão ter applicação aos estabelecimentos que ahi fundar** (grifo e destaque nosso).(...)*

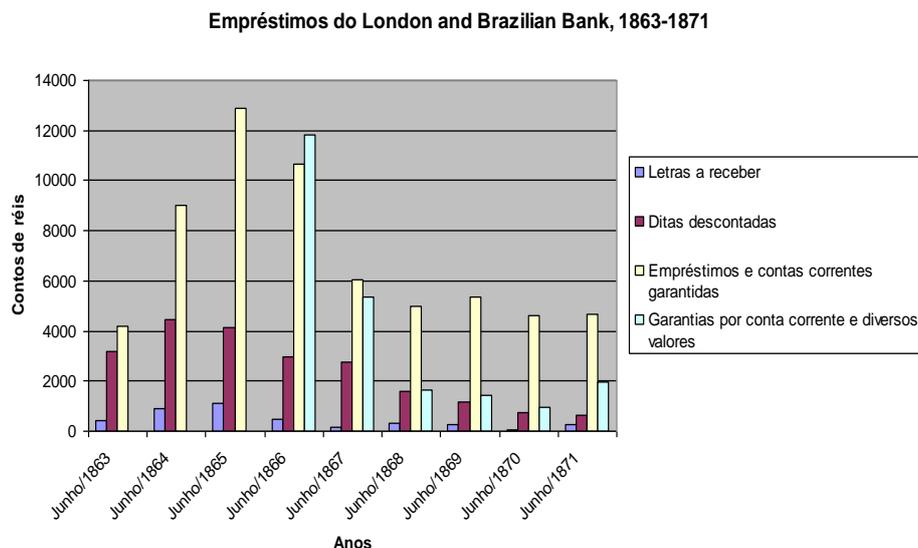
1º. Que este banco, além das operações de cambio, se lillimitará a fazer unicamente aquellas que são, ou forem permittidos aos bancos_ de descontos e depositos_ creados no Imperio por autorização do governo imperial:...

2º. Que a companhia do_London and Brazilian Bank_submeterá aadministração deste estabelecimento ás leis, regulamentos que regem no Brasil, ou regerem no futuro os outros estabelecimentos da mesma natureza, fundados por_sociedades anonymas. (...) (Nº 714. Resolução de 27 de setembro de 1862. Conselho de Estado, 1862: 309).

O London and Brazilian Bank iniciou suas operações no Brasil em 1/02/1863, e segundo declarações do banco, publicada no Jornal do Commercio de 20/01/1863, o seu escritório era na Rua da Direita (atual 1º de Março) nº 49, e a gerência no Rio de Janeiro confiada a uma comissão composta pelos seguintes nomes: John Saunders (comptroller), Thomas Jones Tenet (manager) e Joseph Levi Montefiori (chief cashier)(Jornal do Commercio, 1863). No tocante as operações do banco essas consistiam em atividades típicas dos bancos comerciais, de descontar letras de câmbio e da terra, empréstimo sob caução, compra e venda de “espécies metálicas” e outras (Idem).

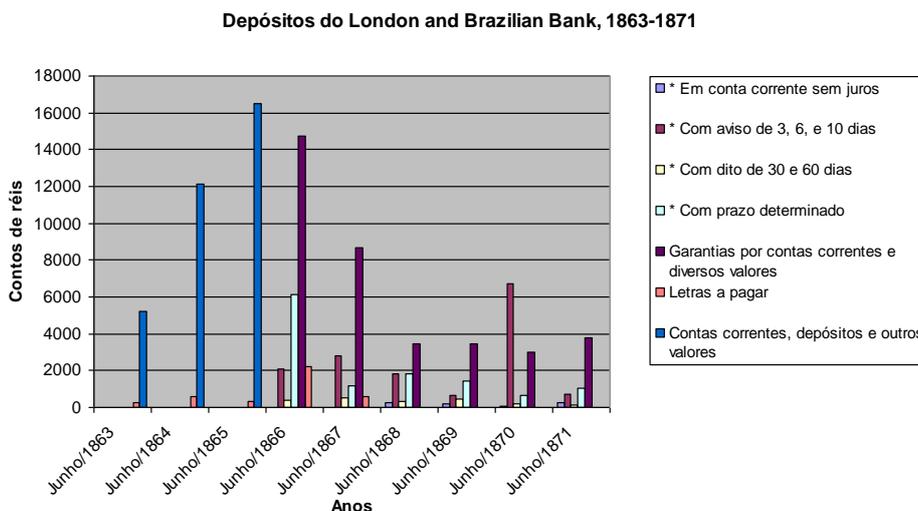
O banco inglês cresceu nos seus primeiros anos de funcionamento. No balanço do primeiro ano, 1863/1864_ gráficos 1 e 2, mesmo com toda complexidade do mesmo em virtude de não seguir um padrão contábil, no tocante aos ativos houve um aumento considerável de mais de 100% dos empréstimos em conta corrente e de letras a receber, e de 40% nas letras descontadas. O caixa em moeda corrente declinou em 19%, e o caixa em conta com o Banco do Brasil aumentou em 40%. Com relação ao passivo, houve um aumento do seu capital de £ 1.000. 000 para £ 1.500.000, e os depósitos aumentaram em mais de 100%. A respeito deste considerável avanço no primeiro ano, que culminou com aumento do seu caixa total, o banco conseguiu autorização do governo imperial em abrir caixas filiais em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, decretos de 1/09/1863 e 1/12/1863 respectivamente, e abriu “caixas filiais pautadas as operações em Lisboa e Porto” (Jornal do Commercio, 1863).

Gráfico 1: Empréstimo e Garantias do London and Brazilian Bank, 1863-1871



Fonte: Commercio. Balanço do London and Brazilian Bank. *Jornal do Commercio*, 1863-1870

Gráfico 2: Depósitos do London and Brazilian Bank, 1863-1871



Fonte: Idem.

A incorporação do banco inglês em Portugal, o Anglo Portuguese bank, possibilitou ao London and Brazilian Bank realizar as transações do Brasil com Portugal (Joslin, 1966) e, a respeito da criação das filiais em Portugal, assim como ocorreu com o Brasil, as condições macroeconômicas no início dos anos 1860, foram favoráveis à entrada do banco no mercado bancário português. Depois de uma situação crítica política envolvendo o governo e o Banco de Portugal, que se arrastava desde o

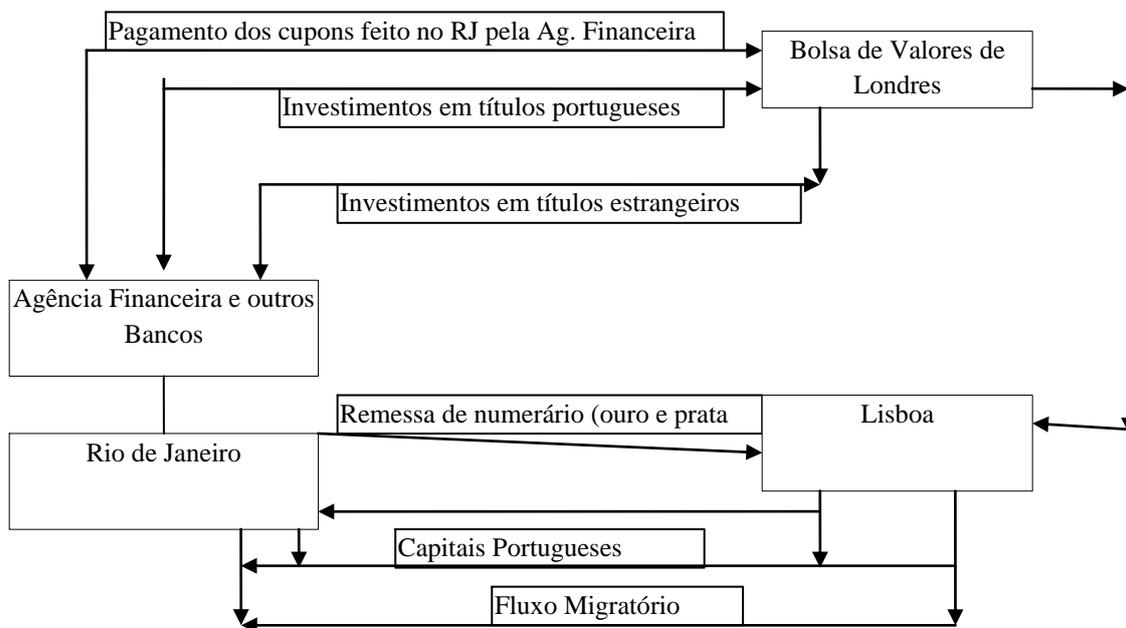
início dos anos 1850, para Nuno Valério, com a adoção do padrão-ouro em 1854, consubstanciada pela lei de 6/10/1857, “ficou assim restabelecida normalidade monetária em Portugal, de acordo com os cânones então dominantes” (Valério, op. cit: 290). Essa normalidade, para David Justino resultou na criação “de dois sistemas de emissão: um unificado no Sul, sob o controlo do Banco de Portugal, outro concorrencial no Norte” (JUSTINO, 1986: 216), que possibilitaram a implementação de um sistema bancário “relativamente moderno” no dizer de Nuno Valério. Lisboa e, depois Porto, eram os principais centros desse sistema.

Portanto, as remessas dos portugueses no Brasil para Portugal tornou-se num grande negócio. Os problemas de déficits na Balança de Comércio de Portugal relacionados com “a crise agrícola (1854-1857) e das epidemias que acompanharam a escassez de subsistência”, que Rui Ramos impactaram no aumento das taxas da dívida pública, “em 1857 (+11%) e 1858 (+12%)” (RAMOS, 1990: 137) a “solução” consistiu no aumento da dívida pública (interna e externa) e cujos principais compradores dos títulos eram os “brasileiros”. A respeito da dívida pública, o mesmo autor destacou que o aumento da dívida externa e interna também estava relacionado com os gastos com a infra-estrutura, principalmente com a expansão das ferrovias. Os papéis da dívida externa portuguesa tornaram-se ativos para os estrangeiros, como também para os próprios portugueses (Idem: 133). Entre esses últimos, destacaram-se “os “brasileiros”, “os emigrantes no Brasil, esses caçadores de juros, como Oliveira Martins os apelidou devido à sua apetência pelo investimento em papéis de crédito. Segundo Rui Ramos, os “brasileiros” “foram os verdadeiros pulmões do crédito da Regeneração” (Idem: 133) e “nos anos 1870, em 3000 contos o valor anual das remessas dos repatriamentos de capitais e dos dividendos de investimentos, e seria avaliado em 15 000 na década seguinte e em cerca de 20.000 contos no princípio do século XX” (Idem: 135)

Em virtude de uma “parte das remessas e dividendos brasileiros vinha sob a forma de letras de câmbio (saques a trinta e quarenta dias) sobre a Praça de Londres (porque o Brasil tinha mais comércio com a Inglaterra do que com Portugal), outra em numerário (moedas de ouro e prata)” (Idem: 135) o banco inglês, atraído por tais “remessas dos emigrantes do Brasil” (JUSTINO, op. cit: 84) em 1863, decidiu criar duas filiais em Portugal. Com sede em Londres, e com filiais no Rio de Janeiro, principal cidade dos portugueses no Brasil, e em Portugal, Lisboa e no Porto, o London

and Brazilian vai estar presente nesse negócio, participando do circuito de capitais envolvendo Inglaterra, Portugal e Brasil _ circuito acima.

O CIRCUITO DE CAPITAIS PORTUGAL-BRASIL-INGLATERRA



Fonte: VIEIRA, Antonio Lopes. *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa, 1982, p 188. In: RAMOS, Rui. "O Sistema Fontista". *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*, vol. II. Lisboa: Alfa, 1989, p. 130.

3. A crise de 1864 e a Guerra do Paraguai: uma conjuntura difícil para o London and Brazilian Bank

A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a **Crise do Souto**, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a **Lei dos Entraves** (SOARES, 1864; LEVY e ANDRADE, 1991; GUIMARÃES; PELAEZ e SUZIGAN; VILLELA, 1999).

Diante dessa situação financeira difícil, a Sociedade dos Assinantes da Praça,

corporação que defendia os interesses do grande comércio, ou seja, aos grandes negociantes nacionais e estrangeiros do comércio bancário, do comércio importador e exportador e abastecimento, sediados no Rio de Janeiro (RIDINGS, 1994; MATHIAS, 1993; PIÑEIRO, 2002), organizou uma comissão encabeçada pelo próprio presidente da Sociedade, o negociante e banqueiro José Joaquim de Lima e Silva, Visconde, depois Conde de Tocantins, e que lançou um apelo em 12 de setembro de 1864 ao Imperador, para que o governo imperial tomasse providências.

A preocupação da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro com a repercussão da crise de 1864 pode ser traduzida por alguns números, que demonstram a gravidade dessa crise. No período de setembro de 1864 a março de 1865, ocorreram 95 falências, “com um passivo total de 115 mil contos superior, portanto ao meio circulante de todo o país, que era de pouco mais de 100 mil contos” (NOGUEIRA: 377). No tocante ao sistema bancário, e de acordo com a Tabela 1, os bancos “nacionais”, com sede no Rio de Janeiro, como a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e, mais ainda as casas bancárias, como a própria Souto & Cia, a Montenegro, Lima & Cia, a Gomes & Filhos e outras, tiveram que recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil no mês de setembro, para dar conta da corrida sobre os seus depósitos (GUIMARÃES, 2007) Com relação aos bancos estrangeiros, nessa época restritos aos bancos ingleses London and Brazilian Bank e o Brazilian and Portuguese Bank, ambos recorreram também ao Banco do Brasil, porém com quantias bem menores se comparadas com as dos bancos e casas bancárias “nacionais”_ Tabela 2.

Tabela 2: Quadro demonstrativo das quantias fornecidas pelo Banco do Brasil entre 10 e 30 de setembro de 1864

Instituições	Descontos	Cauções
Banco Rural & Hipotecário	1.240:000\$000	4.630:000\$000
Banco Mauá, MacGregor & Cia	5.246:440\$136	-
London & Brazilian Bank	382:766\$240	500:000\$000
Brazilian and Portuguese Bank	-	1.013:300\$000
Gomes & Filhos	3.222:239\$512	1.934:000\$000
Bahia, Irmãos & Cia	8.207:831\$061	1.804:600\$000
Montenegro, Lima & Cia	2.108:507\$274	1.088:000\$000
Oliveira & Bello	22:250\$000	-
D'Illion & Marques Braga	682:349\$604	-
Portinho & Moniz	850:895\$569	63:000\$000
Silva Pinto, Melo & Cia	337:458\$220	-
João Baptista Vianna Drummond	254:233\$971	-
Manoel Gomes de Carvalho	183:343\$282	-
Lallemant & Cia	347:884\$570	-

Fonte: Brasil. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro de 1864*, op. cit., p. 204

Face à crise, o governo Imperial tomou uma série de medidas, destacando-se o decreto nº 3.306, de 13 de setembro de 1864, que autorizou o Banco do Brasil elevar sua **emissão ao triplo do fundo disponível**; o decreto nº 3.307, de 14 de setembro de 1864, que estabeleceu **o curso forçado dos bilhetes do Banco do Brasil**; e o decreto nº 3.308, de 17 de setembro de 1864, que nos seus cinco (5) artigos, criava disposições extraordinárias, entre elas as de regular as falências dos banqueiros e das casas bancárias no prazo de 60 dias, a partir do dia 9 corrente.

Além dessas medidas, o governo, assim como ocorreu com a crise de 1857, instaurou uma comissão organizada pelo Ministério da Justiça (Comissão de Inquérito, 1864). Tendo a frente o conselheiro e ex-ministro da fazenda Silva Ferraz, tal comissão foi encarregada de averiguar as causas para a crise e, a conclusão dessa comissão, como não podia de ser, tendo à frente da mesma um defensor do metalismo, foi de que entre as várias causas, como a Guerra Civil dos EUA, a Legislação de 1860 e outras, **o abuso do crédito gerando as especulações de empresas, o jogo das ações e o crédito fictício** foram às principais (Idem. Ibidem: 86-88).

No momento da implementação da política econômica expansionista, eclodiu a Guerra do Paraguai, que segundo a historiografia brasileira, trouxe inúmeros problemas de ordem política e social para o Império (COSTA, 1996; SALLES, 1990; Marques,

1995), a ponto de Joaquim Nabuco afirmar que a guerra foi um divisor de águas do Império (NABUCO, 1897/1898).

Diante de tal situação crítica, como o aumento da emissão e circulação da moeda, aumento dos preços e depreciação cambial, Tabela 1, o governo aprovou o projeto do Visconde de Itaboraí, Lei n.º 1.349, de 12 de setembro de 1866 (PELEA e SUZIGAN: 104-105). Com o intuito de preservar a moeda metálica para fazer frente aos inúmeros gastos com as importações, já que o ouro era a única moeda aceita numa conjuntura de crise, a solução encontrada pelo governo imperial foi a de transferir o poder emissor do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional, estabelecer uma nova carteira hipotecária e restringiu o direito de nomeação do presidente e vice-presidente do banco pelo governo, o que significou para John Schulz uma maior independência do Banco do Brasil com relação ao intervencionismo do governo e, com isso, permitiu sua reorganização (SCHULZ, 1996: 44).

A Guerra do Paraguai, que segundo cálculos de Pelaez e Suzigan, chegou ao montante de 614 mil contos de réis (PELAEZ e SUZIGAN, 114), e “gerou um déficit 387.393 contos, ou seja, 6,5% do total da receita”⁶, teve como principais fontes de financiamento os empréstimos externo e interno e a cobrança de impostos. No tocante aos empréstimos tivemos um “empréstimo externo, realizado em 1865, no valor de £ 6.693.000, ao tipo 74, que propiciou o líquido de £ 5.000.000 (cerca de 49 mil contos), com juros de 5% e 30 anos de prazo; empréstimo interno de 27 mil contos, além da emissão de letras do Tesouro (a 6% ao ano), no valor de 171 mil contos no decorrer da guerra; e o restante, cerca de 120 mil contos, em emissões de papel-moeda” (NOGUEIRA: 378).

No tocante aos impostos, além da cobrança em ouro de 15% dos impostos de exportação e importação, a partir de 1867, houve um aumento das contribuições provinciais_ Segundo Dênio Nogueira, “essa última fonte de receita foi a que acusou maior crescimento, passando de 15% para 25% da receita total arrecada entre 1864 e 1869” (NOGUEIRA: 380).

A crise econômica provocada pela quebra da casa bancária do Souto & Cia e pela Guerra do Paraguai, repercutiu sobre o London and Brazilian Bank como

⁶ BUESCU, Mircea. *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império*. Coordenação de Vicente Tapajós. Brasília: FUNCEP, 1984, p. 93.

demonstraram seus balanços e Relatórios da Diretoria de Londres. No caso dos balanços, o declínio das atividades se fez sentir a partir de 1865, intensificando-se a partir de 1867, ano esse associado às novas medidas tomadas pelo governo imperial brasileiro face às necessidades crescentes de gastos com a guerra.

Numa tentativa de fazer frente à situação tanto no Brasil, quanto na própria Grã Bretanha, o London and Brazilian Bank tentou uma fusão com a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co, um dos maiores bancos comerciais mais importantes no Brasil. Tal fusão, que compreendia a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia, no Rio de Janeiro, o Banco Mauá & Cia de Montevideu, de São Pedro do Rio Grande do Sul e outras filiais, e o London and Brazilian Bank, em Londres, e suas filiais no Brasil, como as do Rio de Janeiro, e em Portugal, Lisboa e Porto, geraria o banco inglês **The London, Brazilian and Mauá Bank Limited**.

A fusão dos dois bancos significava para o Barão de Mauá um grande aporte de capital, fundamental para seus negócios. Estando em Londres para concretizar essa fusão, junto aos sócios ingleses, Mauá afirmou: “O capital de nova e poderosa instituição de crédito será de L 5 milhões de libras esterlinas (grifo nosso) e o estabelecimento e suas filiais girarão sobre a razão de London Brazilian & Mauá Bank (...)” (Coleção Mauá, 1866)⁷

Autorizado a funcionar pelo governo imperial brasileiro, através do decreto nº 3.587, de 20 de dezembro de 1865, o London, Brazilian and Mauá Bank, cuja diretoria era composta por Mauá e os diretores do London and Brazilian Bank_ Quadro 2, continuaria com os negócios bancários que eram feitos pelos bancos fundidos.

Analisando o memorandum de associação do novo banco,⁸ chamou atenção o capital estimado de £ 5.000.000 (cinco milhões de libras), divididos em 250.000 ações de £ 20. Esse valor, em termos de capital era 3 vezes maior que o capital do London and Brazilian Bank, e duas vezes maior que o da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co (+ Banco Mauá & Cia), e se tornaria num potencial concorrente do Banco do Brasil. Outro ponto importante estava relacionado à diretoria desse banco, composta por banqueiros e bancos da City, como Glyn, Mills, Curie & Co, um banco privado com

⁷I.H.G.B. Coleção Mauá. **Carta de Mauá para Ricardo J.Ribeiro, Londres 22 de abril de 1865**. Lata 513. Pasta 8.

⁸ GUIMARÃES, op. cit, Anexo 5

permissão de descontar na Câmara de Compensação, em Paris, o banco Bischoffsheim and Goldschmidt, o negociante Edward Johnston e do Rio de Janeiro, o Barão de Mauá. No Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléia dos Acionistas do London and Brazilian Bank de 1866 parecia que a fusão entre os bancos era certa, que a situação era boa para os negócios do banco, porém reconhecia que a distribuição dos dividendos estava aquém das possibilidades, e que era inferior aos de outro banco inglês na América do Sul, o London and River Plate Bank. (Jornal do Commercio: 1866).

Quadro 2: Diretoria do London, Brazilian and Mauá Bank Limited

Nomes, moradas e ocupação dos subscriptores	Nº de acções tomadas por cada subscriptor
Irineo Evangelista de Souza, Barão de Mauá, Banqueiro, do Rio de Janeiro	100
Henri Louis Bischoffsheim, 10 Angel Court, Banqueiro (Merchant Bank – Bischoffsheim & Goldschmidt), Negociante	100
Philip Charles Cavan, 16, Leadenhall Street, Londres, Negociante	100
Pascoe Charles Glyn, 67, Lombard Street, Banqueiro (Private Bank-Glyn, Mills Currie & Co*)	100
Edward Johnston, 6, Great St. Helen's, (Edward Johnston & Co.), Negociante	100
Edward Moon, 3, Cook Street, Liverpool, Negociante	100
William Freer Schönfeld, 22, Sussex Square, Londres, Banqueiro (Accepting House – Meyer & Schönfeld), Esquire**	100
Total das acções tomadas	700

Obs:* Fusão da Glyn, Mills & Co. com a Currie & Co. em 1864. ** Esquire é um título de nobreza imediatamente inferior ao de cavaleiro.

Fonte: GUIMARÃES, op. cit, cap. 4, Tabela 15

A fusão, entretanto, não prosperou. Numa carta que o Barão de Mauá enviou ao presidente do London and Brazillian Bank, J. W. Carter, em 22 de novembro de 1866. Nessa carta, ele chamava a atenção para o fato de que a crise financeira na City, trouxe insegurança para os sócios brasileiros, na medida que afetou o London and Brazilian Bank (GUIMARÃES, 1997).

Na realidade a desconfiança era mútua. O London and Brazilian Bank percebeu que os negócios de Mauá não estavam bem (JOSLIN: 71-72). Além da situação do Banco Mauá, MacGregor & Cia., no Rio de Janeiro, o Banco Mauá & Cia e suas filiais da região do rio da Prata passavam por dificuldades relacionadas ao conflito na região (GUIMARÃES, 1997).

A situação crítica no Brasil repercutiu sobre a economia portuguesa e nas filiais do London and Brazilian Bank em Lisboa e no Porto. Segundo David Justino, além dos

déficits na balança comercial, a situação em Portugal se agravou com a Guerra do Paraguai, que fez com que diminuísse as remessas dos “brasileiros” _as invisíveis correntes” (JUSTINO: 84).

Os balanços das filiais do London and Brazilian Bank em Lisboa e no Porto, no período 1865 a 1870, demonstraram as dificuldades e os impactos da crise no Brasil sobre a economia portuguesa. A “luz do fim do túnel”, tanto para o London and Brazilian Bank, quanto para a economia portuguesa, só viria com o fim da Guerra do Paraguai. No Relatório do Banco apresentado aos acionistas em 1869, a diretoria chamava atenção para o fato de que “ Como era natural a sua prosperidade ganharia muito com a cessação da Guerra do Paraguay, que parecia approximar-se de conclusão, em todo o caso o Brasil era um paiz dotado de numerosos recursos, que offerecia campo vasto para operações bancárias, especialmente attendendo-se a que o governo desempenhára sempre honradamente seus compromissos.” (Jornal do Commercio, 1869)

Corroborando com o Relato acima, dizia o Relatório da Associação Comercial do Porto em 1869. “Terminou, felizmente, essa tão duradoura como mortífera guerra! (...) As conseqüências não se fizeram esperar; todos nós a vemos. O commercio reanimou-se, todos os valores subiram” (JUSTINO, 85).

Considerações finais.

O London and Brazilian Bank no período analisado se constituiu num típico banco comercial de descontos e depósitos, privilegiando o curto prazo. Face às condições macroeconômicas e políticas do Brasil e de Portugal, e com invoações como a utilização do cheques como ordem de pagamentos, no início do seu funcionamento, o crescimento do banco foi vertiginoso.

Entretanto, a partir da bancarrota da casa bancária Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia na Praça do Comércio da cidade do Rio de Janeiro em 1864, e o efeito em cadeia que tal falência provocou, atingindo casas bancárias e bancos, o banco inglês teve perdas com a crise, sendo “socorrido” pelo Banco do Brasil (menos do que os bancos brasileiros).

Porém, com a Guerra do Paraguai, os negócios do London and Brazilian Bank, sejam no Brasil. sejam em Portugal, começaram a declinar. A guerra trouxe grandes problemas para a economia portuguesa, que era dependente das remessas dos

“brasileiros” para o equilíbrio das suas contas, prejudicando com isso as filiais portuguesas do banco.

A solução encontrada pelo London and Brazilian Bank, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Lisboa e no Porto, chamou atenção: a captação de dinheiro, através dos depósitos em conta corrente pagando juros (depósitos a prazo). Mesmo faltando dados para uma melhor análise sobre a atuação do banco inglês, face ao conhecimento da cultura de negócios no mercado brasileiro, particularmente dos bancos brasileiros praticarem uma operação pouca conservadora: **pagar juros nos depósitos à vista**. Essa operação, que lembrava a dos bancos por ações ingleses e escoceses, e não os bancos de Londres⁹, estava intimamente ligada a falta de liquidez da economia brasileira. Só para se ter uma idéia, a sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co, desde a sua fundação, operava dessa forma.

Portanto, face à situação da conjuntura econômica brasileira e, também o baixo retorno aos acionistas, com os dividendos mais baixos do que de outros “overseas bank”, não só a diretoria como o próprio banco foi reorganizado. Em 1871, surgia o New London and Brazilian Bank.

Bibliografia:

AHMOP. O Banco de Londres e do Brasil Sociedade Anônima (London and Brzazilian Bank Limited). **Memorando de Associação e Artigos de Associação. Incorporado em 17 de maio de 1862.**

BRASIL. *Código Commercial do Imperio do Brasil*. Annotado com toda legislação do país que lhe é referente. Comentado por Sallustiano Orlando de Araujo Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

BRASIL. Conselho de Estado. **Consultas da Secção de Fazenda do Conselho de Estado**. Vol. 5. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1860-1865.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro, 1864. Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder um inquérito sobre as causas principaes e accidentaes das crise no mes de setembro de 1864.** Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865.

London and Brazilian Bank Limited. Declarações. **Jornal do Commercio**, 20/01/1863, p. 1, coluna 6.

⁹ GILBART, James Willian. *Tractado Practico dos Bancos*. Tomo I, II e III. Trad. pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro, Liv. de B. L. Garnier Ed., 1859, p.157.

Nesse ponto discordamos das análises de John Schulz, quando ele generaliza na **prudência** britânica. Os bancos escoceses e os bancos por ações ingleses adotaram tal prática, constituindo-se numa diferença com relação aos banqueiros particulares da City. Conferir GILBART, James, op.cit.

Jornal do Commercio. Suplemento do Jornal do Commercio, 1863

Commercio. Balanço do London and Brazilian Bank. **Jornal do Commercio**, 1863-1870

Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. **Jornal do Commercio, Correspondência do Jornal do Commercio**, 14/03/1865.

Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. **Jornal do Commercio.** Correspondencia Commercial. Lisboa, 13/02/1866.

Assembleia Annual do London and Brazilian Bank Limited. Jornal do Commercio. Correspondencia Commercial. Lisboa, 19/02/1869.

I.H.G.B. Coleção Mauá. **Carta de Mauá para Ricardo J.Ribeiro, Londres 22 de abril de 1865.** Lata 513. Pasta 8.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864.* Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1864.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império_ Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época.* Rio de Janeiro: Garnier, 1897/98, 3 vols

ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931. **Estudos Econômicos**, (15), 2, 1985.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Souto & Cia.* In: LEVY, Maria Barbara (coord.). **Anais da 1ª Conferência Internacional de História de Empresas.** Rio de Janeiro: Div. Gráfica da UFRJ, 1991;

BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. *Marcelino Martins & Edward Johnston. 150 anos de café.* 2ª ed.. Rio de Janeiro, Salamandra Cos. Ed., 1992.

BORN, Karl Erish. *International Banking in the 19th and 20th Century_* Great Britain, Berg Publishers Lim., 1984.

CARVALHO, José Murilo de José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913.* Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.

CHAPMAN. Stanley D. British Free-Standing Companies and Investment Groups in Índia and the Far East. In: WILKINS, Mira and SCHROTER, Harm (eds.). *The Free-Standing Companies in the World Economy, 1830-1996.* Oxford: Oxford University Press, 1998, pp. 202-217.

COLLINS, Michael. *Banks and industrial finance in Britain, 1800-1939.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo: HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1996.

DAVIS, Lance E. and GALLMAN, Robert E. *Envolving Financial Markets and International Capital Flow. Britain, the Américas and Australia, 1865-1914.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (Chapter 1: The Institutional invention and innovation: Foreign capital transfers and the evolution of the domestic capital markets in four frontier countries: Argentina, Australia, Canada, and the United States, 1865–1914).

EICHENGREEN, Barry. A Globalização do capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional. Tradução de Sérgio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000 (capítulo 2: O Padrão ouro).

ESTEVEES, Rui Pedro e FERRAMOSCA, Fabiano. **O Mecanismo dos câmbios em padrão-ouro. Estabilidade cambial e violações dos pontos de ouro, 1854-1891.** Investigação-Trabalhos em curso nº 94, 2000.

FISHLOW, Albert. Lições do passado: mercados de capitais durante o século XIX e o período entre guerras. IN: Idem. **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica.** Tradução de Claudio Walter Abramo. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., 1854/1866.** São Paulo, 1997, 320 p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. **HEERA.**, Vol. 1, pp. 1-27, 2007.

JONES, Geoffrey. **British Multinational Banking, 1830-1990.** Oxford: Clarendon Press, 1993.

JOSLIN, David. A century of banking in Latin America. London, Oxford University Press, 1963. (especialmente o cap.4 - "British banking in Brazil 1863-1880");

JUSTINO, Davi. **A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913.** Volume II. Lisboa: Vega, 1986

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, Pânico e Crashes. Um histórico das crises financeiras.** Tradução de Vânia Conde e Viviane Castanho. Porto Alegre, Ortiz/Gazeta Mercantil, 1992.

LANDES, David. **Prometeu Desacorrentado. Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época.** Tradução de Vera Ribeiro e revisão de Cesar Benjamim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 (Capítulo 4, Eliminando a defasagem);

LEVY, Maria Barbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1977

LEVY, Maria Barabara. The Banking System and Foreign Capital in Brazil. In: CAMERO, Rondo and BOVYKIN, V. I. (Eds). **International Banking 1870-1914.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1991, pp. 351-370.

LEVY, Maria Barbara e SAES, Flávio A. M. de. Dívida externa brasileira 1850-1913: empréstimos públicos e privados. **História Econômica & História de Empresas.** Vol. IV, nº 1(2001).

MARQUES, Maria Eduarda C. Magalhães (org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

MATA, Maria Eugénia. **As finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial.** 1985. Tese (Doutorado em Economia). Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio, 173 anos de desenvolvimento: história da Associação Comercial do Rio de Janeiro, (1820-1993).** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

MATTOS, Ilmar H. de. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

NEAL, Larry and DAVIS, Lance. The evolution of the structure and performance of the London Stock Exchange in the first global financial market, 1812–1914. **European Review of Economic History,** 2006, 10, 279-300 (Cambridge university Press).

NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma Nação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

- PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1981.
- PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império*. Niterói, 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.
- RAMOS, Rui. A crise agrícola. In: *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*. Volume II. Lisboa: Alfa, 1990.
- RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- SALES, Ricardo. *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SHULZ, John. *A crise financeira da Abolição (1875-1901)*. São Paulo: EDUSP/Instituto Fernand Braudel, 1996.
- TRINER, G. *Banking and Economic Development: Brazil, 1889–1930*. New York: Palgrave, 2000.
- VALÉRIO, Nuno e NUNES, Ana Bela. Moeda e bancos. In: LAINS, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva(org.). *História Económica de Portugal 1700-2000*. Volume II, O Século XIX. 2ª Ed. Lisboa: ICS/UL, 2005, pp. 283-304.
- VIEIRA, Antonio Lopes. *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa, 1982, p 188. In: RAMOS, Rui. “O Sistema Fontista”. *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*, vol. II. Lisboa: Alfa, 1989
- VILAR, Pierre. Ouro e Moeda na História (1420-1920). Tradução de Philomena Gebran. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1980.
- VILLELA, André Arruda. *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850/1870*. London, 1999, 328 p. Thesis (Doctorate in Economic History). London School of Economics and Political Science. (chapter 4).
- VILLELA, André and BRIONES, Ignacio European bank penetration during the first wave of globalisation: Lessons from Brazil and Chile, 1878–1913. *European Review of Economic History*, 2006, 10, 329-359.
- WILKINS, Mira. The Free-Standing Company Revisited. In: WILKINS, Mira and SCHRÖTER, Harm (eds.). *The Free-Standing Companies in the World Economy, 1830-1996*. Oxford: Oxford University Press, 1998., pp. 3-64.